

### MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSI**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Cabral

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Coronel Chagas

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Joaquim Ruiz  
*Suplentes:*

1º - Deputado George Melo  
2º - Deputado Célio Wanderley

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado George Melo  
Deputado Jean Frank  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputada Ângela Águia Portella

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado George Melo  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Ivo Som  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Remídio Monai

## SUMÁRIO

**Atos Administrativos**

Resolução de Afastamento nº 222/2013 2

**Atos Legislativos**

Resolução da Mesa nº 019/2013 2

Ata da 2196ª Sessão Ordinária - Íntegra 2

Ata de Reunião Conjunta das Comissões Permanentes 8

## MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h.

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR  
**Telefone:** (95) 3623-6665

NIURA CARDOSO DE SOUZA  
**Diretora Administrativa**

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA  
**Diagramação**

**ATOS ADMINISTRATIVOS****RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS****RESOLUÇÃO Nº 222/2013**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

**RESOLVE**

**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **LUIZ GOMES DA SILVA**, Matrícula **009200** e **BÁRBARA RIBEIRO FALCÃO**, Matrícula **011249**, para viajarem com destino aos municípios de Caroebe, São Luiz do Anauá e Rorainópolis, nos dias 10 e 11.05.2013, com a finalidade de participarem das Oficinas de Assessoramento Técnico Legislativo que se realizarão naqueles municípios, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 09 de maio de 2013

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

**Presidente**

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

**1º Secretário**

**Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI**

**2º Secretário**

**ATOS LEGISLATIVOS****RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA****RESOLUÇÃO Nº 019/2013**

**Cria Comissão Especial Externa para, nos termos do Ato Normativo nº 001/12 e Requerimento nº 014/12, ouvir o Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, Diretor-Presidente do IPER/RR.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, nos termos do art. 31, *caput* e art. 33,

XVIII da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, "j", e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** Fica criada Comissão Especial Externa para, nos termos do Ato Normativo nº 001/12, opinar e emitir Parecer ao Relatório de Atividades do Exercício anterior e Plano de Metas para o Exercício seguinte, apresentados pelo Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, composta pelos seguintes Parlamentares:

Flamarion Portela;

Jânio Xingu;

Joaquim Ruiz;

Naldo da Loteria; e

Soldado Sampaio.

**Art. 2º** A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 07 de maio de 2013.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

Dep. **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

**ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2196 Sessão EM 18 DE ABRIL DE 2013**

**45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA**

**ORDINÁRIA**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADOS CORONEL CHAGAS.**

**(Em exercício)**

Às nove horas do dia dezoito de abril de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima nonagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Remídio Monai) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDO DOS DEPUTADOS**

- Memo nº 011/2013, de 17/04/2013, da Deputada Ângela Âgueda Portella, justificando sua ausência na Sessão Plenária no dia 17/04/2013. Memo nº 023/2013, de 17/04/2013, do Deputado Marcelo Natanael, justificando sua ausência na Sessão Plenária no dia 18/04/2013.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores servidores desta Casa, meu cordial bom-dia, senhoras e senhores nas nossas galerias, em especial, às lideranças sindicais que se fazem aqui presentes, representantes do SINTER, professor Ornildo, sindicato dos urbanitários, nosso amigo

João do Povo; Elias, Sindicato do Judiciário; Amilton, velho guerreiro, Presidente dos sindicatos dos servidores do Executivo.

Senhor Presidente, mais uma vez, volto à Tribuna para esclarecer nosso posicionamento e cobrar providências do Chefe do Poder Executivo ao que a gente vem anunciando sobre o que está acontecendo no IPER.

Já, por várias vezes, os deputados Flamarion, Brito e eu, Deputados da base governista, pedimos providências ao Chefe do Executivo para fazer o processo de afastamento, que seria uma atitude coerente e prudente, Deputado Erci de Moraes, do presidente do IPER, Rodolfo Braga. Mas não sei qual é o santo, qual é a mágica, o acordo para esse cidadão se manter à frente do IPER, mesmo com clara evidência do prejuízo que ele vem causando à frente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima. O homem tem costas largas, Deputado Flamarion ainda usa e abusa da sua alta influência junto ao Executivo. Ontem mesmo, durante a Sessão, dois servidores do IPER estavam à minha procura para entregar uma decisão do Tribunal de Justiça, através da qual, o Presidente Braga tinha conseguido uma liminar para reassumir o cargo de Presidente do IPER. E vejam, que a gente tem dado todo um alerta aqui, Deputado Gabriel, sobre o risco iminente de perdermos 78 milhões. A assembleia dos cotistas do fundo diferencial é amanhã. O Conselho Previdenciário tem um posicionamento, não abre mão de um centavo, não renuncia nenhum centavo. Ele conseguiu uma liminar, já comprou as passagens, a informação que eu tenho é que já está viajando, hoje. Será que ele vai obedecer a decisão do Conselho Previdenciário? Ou vai votar por conta própria, abrindo mão dos recursos do servidor público? Vamos aguardar par ver.

E aí, Deputado Joaquim, e desta Casa já alertamos, já estivemos hoje no Tribunal, informando que o Presidente do IPER, Senhor Rodolfo Braga, alugou um prédio na Rua Floriano, em julho do ano passado, sem licitação. Primeiro crime está aí, estou afirmando que é crime, porque foi a própria assessoria jurídica do IPER que disse. Servidores do IPER fizeram um parecer, não teria requisito nenhum para dispensa de licitação. O Senhor Braga fez a contratação com dispensa de licitação, e o que é pior, 14.500 por mês. Há nove meses que está alugada, sem uso, e o que é interessante, a gente vai consultar o Diário Oficial, Deputado Brito Bezerra, para ver quem é o dono do prédio, e lá consta o nome de um senhor chamado Jean Roman Wilt, é o procurador, não conhece esse cidadão, se alguém conhece, é o nome que está o contrato do IPER com dispensa de licitação. Aí a gente tenta se aprofundar, Deputados Joaquim e Brito, constatamos que o Senhor Jean é apenas o procurador. Sabem de quem é o prédio, Deputado Flamarion? Do Doutor Alexandre Salomão de Oliveira, nada mais nada menos, que o Secretário Adjunto de Saúde. Meu camarada Hamilton, você sabe quem é o Presidente do CEP, Conselho Previdenciário? Doutor Leocádio, o Secretário de Saúde.

Meu amigo João do povo, o prédio de 14.500, sem as mínimas condições de funcionamento. No contrato de locação, toa benfeitoria que foi feita no prédio fica no prédio. Deputado Joaquim, o Senhor sabe quanto já foi gasto em benfeitoria? Foram 250 mil, está aqui a nota de empenho, a ordem bancária: Para fazer a instalação elétrica, para fazer as divisórias, o foro do prédio para receber os servidores. São 250 mil a mais no patrimônio, Deputado George Melo, de um cidadão.

Vocês sabem por quanto o Doutor Alexandre comprou esse prédio? Por 140 mil. O Valor de mercado hoje, atualizado, está aqui um laudo do engenheiro, 400 mil reais. E aí só de benfeitoria que não pode ser removível, Deputado Brito Bezerra, 250 mil reais. Como é que um cidadão, chamado Rodolfo Braga, que faz questão de ir no meu gabinete esfregar, “tá aqui, Deputado Soldado Sampaio, eu sou o cara, eu consegui a liminar. Eu vou para São Paulo para reunião dos cotistas, vou dizer se abro mão, se renuncio ou não esses 78 milhões como está sendo colocado pelos donos, cotistas do Fundo Diferencial”.

Então, Senhoras, é brincadeira! dizer que o Chefe do Executivo não tem conhecimento, que não é conivente, que ele não está sabendo, é zombar da nossa cara.

O Senhor José de Anchieta é responsável, cúmplice ou comparsa do Senhor Rodolfo Braga, não tem quem me convença sobre o contrário de maneira diferente. Por isso aqui ele tem conhecimento, Senhor José de Anchieta tem conhecimento, sabe o que está acontecendo no IPER. Nós vamos descobrir qual é o acordo que está por trás dessa diversificação de investimento, já temos informações claras, qual foi o racha que houve? Quanto ficou para cada um? Vamos apurar, Deputado Ionilson, vamos chegar a quem está se dando bem nesse processo.

Então, Senhoras e Senhores, ontem nós tentamos aprovar um decreto de afastamento. Acho que era o mínimo que esta Casa deveria ter feito, hoje temos apenas 12 Deputados presentes, teria que ter dois terços para aprovar um Decreto Legislativo nesta Casa. Infelizmente. Mas fica o meu registro, mais uma vez, lavar as mãos diante de uma crise do dinheiro dos servidores que está sendo desvalorizado, todo mês descontando em filha 11%, achando que esse dinheiro está sendo bem aplicado, bem cuidado, para, após 35 anos de serviço, ter uma aposentadoria digna.

Se olharmos, Deputado George Melo, no Brasil, está cheio de histórias parecidas com a que está acontecendo no nosso Instituto de Previdência. Pessoas sem responsabilidades, sem compromisso, como o ex-Deputado Rodolfo Braga à frente do IPER. Pessoas, inclusive, que já foram condenadas, o Senhor Rodolfo é penado, paga pena para justiça por vários crimes, um odontólogo, que declarou nesta Casa: “Eu entendo, Deputado Ionilson, de previdência, de mercado financeiro, eu sou o cara, os funcionários da Caixa Econômica são todos ignorantes, os Deputados aqui não entendem”. Falava na linguagem técnica aqui, Deputado Brito, tentando enrolar este parlamento, quando Vossa Excelência disse: “é muito fácil atirar com a pólvora alheira”. Está aí atirando com a pólvora alheira.

Concedo um aparte ao Deputado Ionilson Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Serei breve, meu caro Deputado Soldado, mas o que me estranha nessa decisão judicial, até porque acredito que, talvez, o Desembargador tenha sido levado ao erro. Deixa eu lhe falar por quê? O ex-Deputado Braga, Presidente do IPER, foi quem pediu para sair do IPER, o Tribunal de Contas, Deputado Joaquim, fez uma recomendação que ele fosse fastado. Ele, de próprio punho, fez um ofício e o enviou para o palácio do Governo, pedindo para ser afastado. Como é que alguém pede para ser afastado do órgão e depois ele mesmo entra da justiça para retornar, se foi ele que pediu? Talvez, no primeiro momento, tenha sido negada a liminar pelo Desembargador Mauro Campelo. Agora, não sei se ele sabia que tinha sido o ex-Deputado Braga que pedia seu afastamento de livre e espontânea vontade, até que se concluíssem essas investigações. Não era necessário uma liminar da justiça, era totalmente desnecessário, ele tinha pedido para sair, bastava pedir novamente ao Chefe do Poder Executivo para retornar. Não precisava de uma liminar da justiça, bastava mandar um outro expediente ao Governador, dizendo: “Governador, o Tribunal não concluiu, eu queria que o Senhor verificasse a possibilidade de eu retornar para o cargo”. Sem necessariamente ter que passar por uma decisão judicial que, ao meu ver, é esdrúxula. Obrigado, Deputado.

Aparte concedido ao Deputado Brito Bezerra – Primeiramente, gostaria de louvar o pronunciamento de Vossa Excelência, e o assunto é cansativo, mas nós não vamos nos dar por vencidos. Vamos fazer repercutir aqui na assembleia, creio que o Senhor Presidente desta Casa, Deputado Chico Guerra, todos os Deputados da base do Governo, da base da oposição, todos têm a responsabilidade. Responsabilidade, devido aos compromissos de campanha, acima de tudo, compromissos feitos com o povo do Estado de Roraima, em especial, os servidores que depositaram, Deputado Jalser Renier, os seus sonhos lá no Instituto de Previdência, e agora esse rapaz insiste em surrupiar esse dinheiro. Todos nós sabemos que esse dinheiro está sendo desviado, perdeu-se um valor de 34 milhões, que é algo que a gente passa a vida toda guardando e não se consegue um milhão, imagine 34! Ele se dá ao direito de perder o dinheiro do servidor, atirar com a pólvora alheia e agora querer voltar para aquele local, poderia ter vergonha na cara e dizer: “Não! Perdoe-me, eu não volto nunca mais, não sei administrar”. Era para fazer. Um homem sério, de bem, faria isso e não quer voltar com certeza para dar fim no restante do dinheiro do servidor. Isso é uma falta de respeito. Nós, nesta Casa, temos por obrigação nos unir e, aí a bancada do Governo chegar para o Governador e dizer: “Governador eu sei que Vossa Excelência tem juízo, esse homem jamais, em ocasião alguma, deverá retornar à presidência do IPER”. E depois, ainda, vir zombar da cara de Deputados aqui. Vamos respeitar esse Parlamento, os Deputados, respeitar o dia do servidor. Não deve voltar e, conforme o meu amigo líder da situação, Deputado Célio Wanderley: ele é carta fora do baralho, não deve mais participar deste governo.

Parabéns a Vossa Excelência, e conte com os Deputados.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Quero comentar a minha reflexão diante de tudo que escutei. Ouvi atentamente e respeito muito o seu posicionamento. Vossa Excelência é um Deputado extremamente estudioso. Mas, Deputado, o Estado hoje está com 23

anos, há pouco mais de 8 anos, os servidores não tinham nada na sua conta para sua aposentadoria pela qual estamos brigando hoje. Hoje tem um bilhão e duzentos mil reais à disposição para dar segurança a esses servidores.

Então, dizer que o Governador Anchieta é irresponsável, injusto com esses servidores, eu acho que as pessoas de bom senso não vão entender pois com apenas 23 anos de Estado, há pouco mais de 08 anos os servidores que se aposentaram não tinham dinheiro, já hoje têm um bilhão e duzentos.

Então, eu acho que discurso tem que ser mais bem avaliado. Nós entendemos que há sim muito respeito com os servidores. Gostaria de deixar registrada essa observação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Deputado Sampaio, agradeço a Vossa Excelência e o parabeno pelo pronunciamento. Agradeço ao Presidente pela generosidade, até porque o Presidente e a Mesa sabem que, de fato, esse assunto é de alta importância para sociedade do Estado de Roraima, por isso a generosidade do nosso Presidente.

Mas quero dizer a Vossa Excelência que, se de fato o Deputado Braga induziu a justiça ao erro, não tem como, se ele tivesse dito à justiça na petição que ele fez, de que ele tinha pedido o seu próprio afastamento, jamais a justiça daria uma determinação como essa. Ele alegou que estava afastado por uma decisão do Tribunal de Contas, ele não alegou que tinha pedido afastamento, portanto quando ele induz a justiça ao erro, isso também é passivo de crime. Se ele tivesse dito na petição inicial: “Eu pedi afastamento e agora quero retornar”. Ele teria que se dirigir ao próprio Governador, para quem ele pediu afastamento, Deputado Joaquim Ruiz, dizendo: “eu quero retornar, agora estou limpo”. Ele só pediu afastamento porque ele foi forçado pela situação do momento. Eu votei no ex-Deputado Braga, aqui na Casa, como a maioria dos companheiros desta Casa votaram nele, eu o reputava como homem sério, mas ele está cometendo crimes contra a sociedade e com servidor público, e agora comete mais um crime de enganar a justiça, pois ele não disse na justiça que tinha pedido afastamento. Ele pediu afastamento, e o governador no próprio ofício dele fez o afastamento. Agora, sabem por que que ele vai voltar? Porque só ele e o Governador sabem das tramoias que eles fizeram para vender o dinheiro do servidor público de Roraima. Por isso ele vai voltar. O governador não tem coragem de tirá-lo, pois está nas mãos dele. É como disse naquele dia, quando Vossa Excelência se pronunciou, o Governador não tem coragem, porque ele tira de um lugar e coloca em outro, porque ele está nas mãos dele. É por isso, se o governador tivesse coragem, ele não teria voltado para o cargo.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Obrigado pelo aparte, também concordo com Vossa Excelência. Acho que é por aí. E, Deputado George Melo, esse um bilhão e duzentos mil reais não é do Anchieta, muito menos do Braga, é do servidor que contribui há muito tempo, inclusive eu. O Deputado Sampaio que já contribui há 09 anos e 08 meses, enquanto policial militar. Tem contribuições que já vem de longo prazo, esse dinheiro vai ser bem cuidado, bem tratado, é aposentadoria desses servidores. Vou encaminhar ao Tribunal de Contas essa denúncia, Senhoras e Senhores, demonstrando que o prédio que foi alugado sem licitação, de maneira irregular, caberia licitação, está à frente do prédio um laranja, o Doutor Jean. O prédio pertence ao Secretário Adjunto de saúde, Doutor Alexandre, o titular da pasta é o Presidente do Conselho Previdenciário, que tinha conhecimento desse fato, que passa pelo Conselho Previdenciário, na época dessa locação, e que o prédio não tinha a mínima condição de abrigar o Instituto de Previdência, onde já foram gastos 250 mil, entre reforma e divisórias, e ainda continua fechado, o aluguel vem sendo pago todos os meses, até o dia 05 do mês subseqüente, 14.500 reais. Esse dinheiro público é nosso.

Senhor presidente, obrigado pela tolerância, obrigado pelos apartes dos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Peço atenção dos Senhores Deputados. Deputado Mecias e o Presidente Chico Guerra, na minha visão, respeitando quem pense ao contrário, eu diria de forma até afrontosa. Ontem, o Ex Deputado Braga, encarregou um assessor seu, para entregar em meu gabinete a decisão judicial. Procurei saber quem mais havia recebido, mas só no meu gabinete e do Deputado Sampaio houve a recepção do encaminhamento do referido documento. Eu lamento, mas parece que as pessoas estão acima do bem e do mal, nós estamos vivendo um regime democrático de direito, há pessoas que se arvoram de um poder

que, às vezes, não o detêm. Acho que o estado democrático de direito, como já dizia “Winston Churchill”: é o mais bonito de todo e qualquer regime existente no planeta terra. Eu acho que a decisão judicial é para se cumprir, considerando que ela é emanada de um Poder suas decisões devem ser respeitadas. As decisões do Poder Legislativo, da mesma forma como as decisões do Poder Executivo. Podem não concordar, podem divergir, isso é legítimo, mas jamais descumprir, desrespeitar. Portanto, vou começar mostrando um documento que o ex Deputado Braga entregou, em mãos, ao próprio governador. Nesse documento não há timbre.

Só se dirige assim: “Excelentíssimo Senhor Governador de Roraima, José de Anchieta Junior.

Senhor governador, tendo em vista a realização da Auditoria do Tribunal de Contas deste Estado, sobre as operações contábeis do Instituto de Previdência de Roraima, venho solicitar de Vossa Excelência meu afastamento do cargo de Presidente do IPER, por prazo indeterminado.

Boa vista, 09 de novembro de 2012.

Rodolfo de Oliveira Braga.

É inconfundível a letra do Senhor Governador e assinatura, que diz o seguinte em despacho na própria folha: “À Casa civil para as providências”. De imediato a Casa Civil providência o decreto governamental 1936p, de 09 de novembro de 2012.

O Governador do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições, que lhe confere o artigo 62, inciso 3 da Constituição Estadual, resolve:

Artigo 01; afastar, a pedido, do cargo de Presidente do Instituto da Previdência do Estado de Roraima, o Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, por prazo indeterminado. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Senador Hélio Campos, 09 de julho de 2012. Assinatura do Excelentíssimo Senhor Governador”.

O que não dá para entender, meus caros Deputados, é que o afastamento é um ato discricionário do Poder Executivo, ou esse poder tomar decisão de forma colegiada ou a justiça. A justiça, na minha opinião, tenho respeito pelo o doutor Mauro Campelo, sei que é um homem integro, zeloso, culto, mas também concordo com o Deputado Ionilson, deve ter tido informações que induziu o desembargador Mauro Campelo ao erro. Tenho certeza que o desembargador sabia dessa correspondência do seu Braga, endereçado... o que ele buscou foi só argumento em cima do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas não afastou o Braga, não há nenhum documento provando, ele sugeriu a esse poder o afastamento dele, sugeriu a esse poder um aprofundamento nas investigações para chegar a uma conclusão, soube sobre a perda ou não dos recursos do IPER. Nunca o Tribunal de contas, então, afastou. Eu continuo tendo fé na justiça, e o meu sentimento pessoal é que as informações que chegaram ao desembargador Mauro Campelo, não foram informações verdadeiras e concretas, até porque, um mês atrás, e tenho essa decisão aqui. O próprio Desembargador Mauro Campelo, no dia 15 de março de 2012, nega esse pedido, e toma a seguinte decisão: “ Em suma, diante da constatação a priori de que a decisão do TCE-RR estaria devidamente fundamentada e amparada em lei, eiva-se a plausibilidade do pedido que é requisito indispensável para a concessão da segurança em sede liminar, diante de tal consideração cumpre em deferir o pedido liminar.” Esta é a decisão de um mês atrás do próprio Desembargador. E agora esta decisão. Portanto, nós não vamos nos incomodar com isso, esperamos que esta Casa também se manifeste, através de uma Comissão, e tome as devidas providências. Ontem, ouvi um discurso aqui sobre essa situação do Braga. Hoje eu não vejo o mesmo ímpeto, já vejo um esmorecimento! Espero que a Casa tome a decisão, como demonstrou o Deputado Sampaio, já foram gastos mais de cem mil reais com um prédio que está sendo alugado sem uso, já se gastou na sua reforma mais de duzentos e cinquenta mil reais. É estar brincando com o dinheiro que pertence ao servidor, brincando com o suor e o sangue, com o futuro dos servidores do Estado de Roraima. Não, Senhor Braga! Vossa Senhoria não vai me intimidar ao entregar isso em meu gabinete, não vai! Nós vamos até lutar com mais ímpeto, mas não vamos aceitar esses desvios escandalosos, dinheiro do IPER está virando pó, não há nenhuma dúvida, a perda de vinte e quatro milhões e meio, mas pode se perder até os setenta milhões.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu fico a refletir por que o Governo atrai tanta crítica da oposição? É uma questão fácil de ser resolvida. É só conversar, você pediu para sair, está desgastado e desgastando o meu Governo, e de repente... Eu penso que o Desembargador deve ter sido levado ao erro, porque se ele

soubesse que isso foi um pedido do Deputado Braga não teria concedido a liminar, porque é uma coisa fora do contexto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Renier – Há alguma decisão do Desembargador Mauro Campelo, baseado nesse assunto, vetando a indicação do Deputado Braga para assumir a pasta?

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – A Decisão do Desembargador Mauro Campelo se baseia no argumento fundamental em cima de uma auditoria que o Tribunal de Contas do Estado realizou, ainda não concluída. E como esta auditoria está demorando a ser concluída, passando de 5 meses, então, o Desembargador resolveu deferir o pedido de liminar para o retorno dele. Não toca em momento algum...

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Renier – existe alguma decisão do Desembargador cassando a decisão anterior proferida por ele?

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Primeiro ele negou, um mês depois ele concedeu dentro do mesmo princípio. Tem duas decisões sobre o mesmo assunto.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalser Renier – Digo isso porque seria interessante, pelo menos, no Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado, quando dos escolhe alguém para gerenciar o Banco Central, geralmente essa pessoa é sabatinada pelo Congresso, Câmara e o Senado, e sempre há consenso para que essa pessoa represente o Governo Federal, pois trata-se das finanças deste País. Então, eu percebo que o Deputado Braga não vai encontrar um consenso nesta Casa para assunção do seu cargo, seria muito importante e complacente por parte da liderança do Governo conversar com o chefe do Poder Executivo... não atendendo o pedido da oposição ou fazendo prevalecer a vantagem da situação, mas sim o bom senso para que o Deputado Braga e o Governador possam fazer uma escolha que haja um consenso melhor na Assembleia Legislativa até para que o Governador não venha a sofrer um constrangimento dentro desta Casa.

Então deixo essa sugestão para o líder do Governo para que leve ao Chefe do Poder Executivo, procurando evitar esse tipo de constrangimento e, com isso, não seria preciso Comissão Especial, não precisaria de nenhum ato que prejudicaria o andamento daquela instituição. Essa é a sugestão que eu faço ao Deputado Célio.

O Senhor Deputado Flamarion Portela, continua - Eu ratifico as palavras de Vossa Excelência, dizendo que, segundo parece, essa insistência com o nome do Braga é uma afronta ao sindicato, aos servidores, a este Poder. Amanhã será realizada uma Assembleia em São Paulo, que tratará sobre o Fundo Diferencial, onde o IPER tem 70 milhões, e o Senhor Braga ainda permanece, conforme ata aqui, como representante do IPER. No dia 12, sexta-feira passada, houve uma reunião, e o IPER não foi representado pois o nome que consta é do Braga, cujo nome sequer foi trocado para que possa deliberar e ter direito a voto. Está na Ata do dia 15, segunda-feira, nós estamos falando de milhões, não podemos deixar de votar em uma decisão importante para esse dinheiro. A insistência nessa questão, é a pergunta: será que Roraima não tem outro nome para colocar no IPER? será que não há outras pessoas competentes? Quero deixar bem claro, antes de qualquer questionamento sobre o nome do Deputado Braga. Estamos aqui defendendo o dinheiro dos servidores do Estado de Roraima, não interessa se lá estará a Maria, José ou Pedro, mas quem quer que seja o Presidente do IPER tem que tratar o dinheiro dos servidores do Estado de Roraima com zelo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, tenho pelo menos dois assuntos para discussão neste Plenário. Como o tempo de dez minutos é exíguo, vou me limitar a um só, se necessário, gostaria de contar desde já com a compreensão de Vossa Excelência para ser magnânimo como foi em relação ao primeiro orador que levou vinte minutos. Meus colegas Deputados, ao longo dos anos em que ocupo o mandato nesta Casa, tenho procurado conviver sempre harmonicamente com os colegas Deputados, sejam eles de situação ou de oposição. acho que cada um de nós tem que fazer um esforço para não confundir a relação pessoal, de convivência e de amizade e levar isso para o terreno do posicionamento político. Eu vou citar, aqui, dois Deputados dos quais já fui aliado, mas, hoje, não sou mais. Sempre tive e quero continuar tendo com os dois e com os demais Deputados desta Casa a melhor convivência possível.

Quero dizer, Senhores, em relação ao fato discutido aqui, na minha ausência, que já havia começado no dia anterior, houve uma certa precipitação até mesmo do meu colega, amigo pessoal e Presidente desta Casa, quando quis se antecipar sobre uma situação,

talvez não pensou na consequência. Senhoras e Senhores, está se fazendo tempestade em copo d'água com o fato que não tem a proporção que se está dando, até porque, eu acho que os 24 Deputados que estão aqui, são maiores de idade, vacinados e responsáveis pelos seus próprios atos. Eu quero dizer com isso que, na condição de corregedor, tenho procurado agir com justiça, assim tenho procedido em todas as representações que chegaram aquela Casa. E na última chegada com relação ao Deputado Marcelo Natanael, que o Secretário de Saúde repassa a esta Casa um expediente nascido lá em Iracema no órgão de saúde, inclusive, com Boletim de Ocorrência registrado lá, onde o Deputado Marcelo teria arrombado uma porta. Antes que a Corregedoria agisse, vários colegas tomaram de pronto e de imediato a defesa do Deputado Marcelo. É bonita essa solidariedade, mas se vocês forem pensar bem e colocar a mão na consciência, perceberão que está se confundindo uma outra situação que é com relação ao Secretário de Saúde que passa por momentos difíceis em função da polêmica estabelecida com o Procurador-Geral do Ministério de Contas, perpassada por interesses outros que não vale a pena aqui discutir.

Mas, quero dizer que o trabalho que exerço, como corregedor, em absoluto há parcialidade deste que vos fala. O que disse o meu ilustre companheiro, ora adversário, ora não, Deputado Mecias, na Sessão anterior, não tem razão de ser. Vossa Excelência precisa fazer uma reflexão que eu não fui açodado em nenhum momento nem a favor da situação e nem da oposição. Mas, se ainda assim dissesse que eu favoreci alguém agindo prontamente num episódio que nem se enquadrava na condição de quebra de decoro Parlamentar, foi quando Vossa Excelência recebeu uma tentativa de extorsão por um cidadão e ao verificarmos a situação percebemos ser outra, e que nada tinha a ver com corregedoria. Vendo a sua preocupação, de imediato, sai da Sessão e fui ouvir possível chantagista para tomar uma providência muito mais do que corregedor, mas de um Deputado responsável desta Casa. Num outro caso, aqui referido com relação a desentendimentos seus e do Deputado Rodrigo Jucá, ao contrário, foi mais longo o processo de investigação na Corregedoria, levou todo o ano de 2012, pois eu não consegui ouvir uma testemunha porque era uma autoridade importante que estava sempre ocupada. Acabei tomando a decisão de ir ao encontro dele e ouvi-lo no seu gabinete. É que pretendia encerrar o ano com todas as pendências da Corregedoria em dia. E assim foi cumprido. Então, em momento algum me passou isso. Quando houve as primeiras escaramuças de Deputados de primeiro mandato nesta Casa em relação ao episódio da saúde, agi muito mais como conselheiro do que como Corregedor, mostrando que o direito de fiscalizar é legítimo, inquestionável dos Deputados, está no Regimento Interno, no Código de Ética. Já usei desse direito aqui em legislaturas passadas, quando os Deputados Flamarion e Messias de Jesus também faziam parte dessas legislaturas, quando fiz oposição cerrada juntamente com outros companheiros ao Governo Neudo Campos. Acho que é um instrumento válido que o Parlamentar tem e deve fazer uso dele, mas daí fazer afirmações ou tirar ilações de que eu estou querendo proteger a situação em detrimento de companheiros da oposição, tem uma grande distância, Deputado Mecias. Eu gostaria que Vossa Excelência ponderasse isso, tinha razões de sobra quando assumi em 2007, junto com 12 Deputados, muitos dos quais voltam à Casa, como eu, ao sermos surpreendidos no apagar das luzes da legislatura que nos antecedeu, foi votado uma PEC nesta Casa, surrupiando quarenta e cinco dias dos Deputados que assumiram em 2007. Em vez de usar o caminho da polêmica, usamos o caminho da justiça e, numa decisão record, em 11 dias conseguimos no Supremo uma decisão dos 11 Ministros que lá estavam unânimes nos dando ganho de causa, mas não ficou nenhum rancor, nada. Então, o que fizemos nós, os treze que entrávamos, a maioria de nós participou de um acordo para reeleger o Deputado Mecias, Presidente desta Casa, e participamos, inclusive, da Mesa, como Corregedor, sugerido por Vossa Excelência. Então, eu queria fazer esses reparos para que não fiquem dúvidas, estou prestes a abandonar a vida pública, na condição de representante do povo, porque sou daqueles que partilharem da ideia que política, como tudo, deve ser um projeto pessoal de cada cidadão, que deve ter início meio e fim. Deve ter a hora de entrar, de permanecer lutando e de ensarilhar as armas. Quero sair, como sempre, de cabeça erguida de tudo aquilo que participei. Acho, inclusive, que o próprio deputado Marcelo sabe, porque senta ao meu lado, é um amigo que tenho dentre vários que não estamos precipitando coisa nenhuma. Agora, deixar de apurar seria dissídio de minha parte. Eu tenho que fazer isso, farei até o fim, porque tenho elementos suficientes para entender que aquilo ali tem uma outra conotação que não se enquadra em quebra de ética ou

decoro. Mas, isso é um assunto para ser discutido na Corregedoria. Então, é o fato que gostaria de deixar registrado, e não vou me calar sempre que houver qualquer insinuação contra o nosso trabalho. Tenho a consciência tranquila de que lá procuro fazer com muita dificuldade o meu dever, às vezes, não tenho nem a colaboração devida dos colegas que protelam quase indefinidamente depoimentos que deveriam ser agilizados para que a coisa surtisse.

Aproveito para fazer mais uma vez um apelo, à Comissão de Ética, onde existem muitos processos pendentes, que ela mostre e justifique sua existência, faça esse apelo a meus pares, procedendo o julgamento dos dados que estão nas mãos de cada um dos membros da Comissão. Acho que é a forma de darmos respostas que todos devemos à sociedade. Cobrar transparência do Poder Legislativo hoje é uma constante, e, que não há como se questionar ou fugir. Devemos dar o exemplo individualmente como Parlamentar.

O outro assunto que eu deveria falar deixo para outra oportunidade, o meu tempo cedo para o Deputado Ionilson que participou comigo de eventos da UNALE que envolvem assuntos importantes. Ele dará, em nosso nome, as explicações devidas. E quanto à fusão sacramentada, ontem, do PPS com o PMN, nada mais é que um esforço dos partidos pequenos de tentar sobreviver no processo político, cada vez mais cheio de casuísmos, patrocinados pelo Governo Federal que, quando foi para criarem o PSD do ex-Prefeito de São Paulo até o ex-Presidente Lula entrou na briga para carrear Deputados para formar a quarta maior bancada do Congresso Nacional. E consegui, pasmem, na justiça que esses parlamentares levassem consigo não só o mandato, mas o tempo de propagação na televisão e rádio a que cada um teria direito nos partidos de origem. Partidos grandes, como o DEM, foram quase dizimados, o meu partido PPS perdeu um quarto da sua representação e quando agora, patrocinado pelo PT, PMDB e, pasmem, até pelo DEM, esses três partidos tentaram votar no Congresso, uma medida, determinando que não valerá mais, nas fusões, que o cidadão leve consigo o mandato e o tempo de televisão. É um casuísmo revoltante, porque se foi por outros nessa legislatura porque querem cercear a liberdade dos demais. Por isso, o meu partido PMN fez a fusão e registrou em cartório antes que a Câmara Federal e o Congresso, em sua lentidão, conseguissem sequer votar o projeto, farão sim, não tenho dúvida, mas se Deus quiser não vai atingir quem tomou essa providência. Acredito na lei deste País.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Felizmente, o PPS e o PMN anteciparam esse casuísmo, inclusive, a Folha de São Paulo trouxe uma reportagem com a Marina Silva, José Serra, Governador de Pernambuco Eduardo Campos, criticando essa tentativa dos partidos, no caso, o PT e PMDB e até o DEM de tolhir esse direito das siglas se reorganizarem e terem o direito ao fundo partidário e ao tempo de televisão. É uma coisa extremamente democrática. O Governador de Pernambuco disse que se fizessem essas modificações para as próximas eleições e não para este, porque isso parece manobra de palácios para tentar dificultar. Mas, o que vai dificultar a campanha de Dilma não são essas manobras. É o comportamento da economia, comportamento do sistema financeiro. E o nosso País está com a luz amarela acesa. Então, não pensem que não terão adversários nas próximas eleições, pois terão com certeza.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Com certeza Deputado e peço que seja incluído em meu pronunciamento as suas colocações, agradeço a benevolência da Mesa. Muito obrigado e um bom dia.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom-dia, Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, Mesa Diretora, senhoras e senhores. Senhor Presidente, primeiramente, quero parabenizar a Mesa Diretora pela circular que irá permitir o desconto, em folha, dos Deputados faltosos, obrigando a presença durante todo o decorrer da Sessão Plenária. Esse foi um pedido nosso desde 2006, pois entendemos que, se somos pagos com dinheiro do povo, teremos que prestar contas ao povo e, justamente, cumprindo com nosso dever. Senhor Presidente, quero dizer que não tenho nada a favor nem contrário ao ex-Deputado Rodolfo Braga. Há pouco, falei com o Doutor Alexandre, inclusive, queria falar para o eminente Deputado Soldado Sampaio, que, quando se diz que uma pessoa é laranja, temos que ter prova, pois quando disse que o Presidente do IPER alugou um imóvel por R\$ 14.500, tudo bem, certo ou errado, quem vai decidir é a justiça e o Tribunal de Contas. E se houve ou não licitação, cabe a ele, como Presidente, responder. Agora, o imóvel é de propriedade do Senhor Alexandre. Então, quando uma pessoa ocupa qualquer cargo público, sendo político, ele não pode mais ceder ou alugar um imóvel de sua propriedade para ninguém?

Ora, se eu tenho uma casa, se o vizinho quer alugar, mas eu não poderei alugar só porque sou Deputado? Se o servidor desta Casa tem uma casa, mas não vai poder alugar só porque é servidor? Ora, se eu comprei e paguei, não há nada ilegal, não nesse ponto. Uma outra questão, é que o seu Jean não é laranja, mas o Senhor Jean é pai do Alexandre e quais os meios legais que o impedem de passar o imóvel para o filho dele e ele o alugar? No meu entendimento, laranja é um cara que coloca o nome de outra pessoa que não quer aparecer. Era só para questionar, pois, apesar de não ter aqui procuração para defender ninguém, até porque acho que o pronunciamento do Deputado Sampaio é pertinente. Eu não consigo entender que essa relação entre pai e filho se denomine laranja, enquanto há muitos laranjas por aí que se escondem e, por serem ricos, ninguém os traz à tona. Como foi dito, à época, o Conselheiro Fiscal era o Senhor Leocádio, que foi aprovado por um poder deliberativo, e aprovado pela maioria, indicação do próprio Poder Executivo. Em todas as Secretarias têm comissões formadas por deliberações fiscais, então, isso não vou questionar. O Leocádio, se era Secretário ou não, à época já era fiscal, e é verdade o que diz aqui o Deputado Sampaio. Não estou, em nenhum momento, dizendo que o Senhor está mentindo, só quero dizer que, nessa questão, o Jean é pai do Alexandre, e o Secretário que já era Secretário, foi nomeado e apoiado, pelo que me disseram aqui, pela maioria dos presentes, conforme ata, concordando ou não com o Conselho Fiscal à época, quando estavam presentes cerca de 16 pessoas naquela reunião.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Deputado, me causou estranheza... é que o Doutor Alexandre ou seu pai, do qual eu não sabia, talvez tenha me equivocado em chamar de laranja uma relação de pai e filho. Fica o meu pedido de desculpas, de público, o fato de eu ter chamado o Doutor Jean de laranja. Trata-se de uma relação pai e filho, até então eu não sabia, mas o Alexandre não está nada errado no processo, ele tem um prédio e deve alugá-lo. O que eu questiono aqui e o que procurei demonstrar é que estou com um parecer aqui da assessoria jurídica dos servidores do IPER, dizendo que não caberia dispensa de licitação. A dispensa de licitação, por parte do Poder Público, é quando o Poder Público não tem outra alternativa ou caso de extrema urgência. Então, temos vários imóveis no Estado do qual o Presidente do IPER poderia lançar mão de um edital de contratação e fazer a contratação de um prédio que, realmente, atendesse a necessidade do IPER, e não um contrato direto. O interessante é que antes da chamada do contrato, já tinha uma recomendação nos documentos do Presidente do IPER, sugerindo o referido prédio, ou seja, é muita coincidência. É um direcionamento claro. O Senhor Alexandre tinha um imóvel para alugar e está tentando, aí, tirar dividendos financeiros do seu bem, é mais do que natural. Agora, a dispensa de licitação como foi colocado... A questão do Secretário Leocádio, antes de Vossa Excelência chegar aqui, ano passado, nós colocamos aqui que a Secretaria de Saúde não pagava o IPER patronal, e quem era o Secretário de saúde? O Senhor Leocádio. Ele mandava um ofício para o Presidente do Conselho Previdenciário pedindo renegociação, ou seja, ele é Secretário de Saúde, não recolhia o IPER patronal dos servidores da Saúde, mandava um documento para o CEP que ele mesmo recebia. Essa relação, mesmo sendo em um estado pequeno, nos faz começar a imaginar coisas. Então, é essa a minha preocupação. Vamos colocar os pontos nos "is". Era isso, sem falar, que o prédio do Doutor Alexandre já tem somado em reformas, ampliação, algo em torno de 250 mil de dinheiro público, uma vez que ele comprou o prédio por apenas 140 mil. Foi um grande negócio, um negócio da China. Ele está errado? Não. Agora, quanto ao gestor, paciência.

O Senhor Deputado Ivo Som – Quero agradecer ao Deputado Sampaio pelo aparte. Quanto a isso, Deputado, cabe à justiça. Se ele é culpado ou não, acho que o gestor, quando começa a meter a caneta, se ele ficar vendo só o futuro do real, ele pode ver lá no futuro um par de algemas. Então, isso aí eu concordo plenamente com Vossa Excelência, não tenho dúvida. Senhor Presidente, agradeço a imprensa que ontem deu destaque ao meu pronunciamento e demais Deputados desta Casa, assim publicado: "este ato não é político e sim de solidariedade às famílias que podem vir a ser despejadas a qualquer momento, diz Ivo Som e os Parlamentares da Assembleia". Estive na reunião ontem com os advogados no movimento do MST, no San Marino, com toda a imprensa. Foi triste saber que a qualquer momento pode ser cumprida esta decisão. E, pasmem, os senhores, quando estávamos na reunião próximo das cinco e meia da tarde, lá na invasão

mesmo, o que mais tinha era motoqueiro e alguns oficiais de justiça, batendo fotos das casinhas e das pessoas, e começou todo aquele alvoroço como está mencionado na imprensa hoje. Quero dar destaque aos representantes do Amazonas que nos entrevistaram, sabe-se que estão passando pelo mesmo problema em Itacoatiara e no Sul do País. Ontem mesmo, dei uma entrevista, via telefone, para o pessoal da Amazon sat sobre essa situação de invasão de terras em Roraima. Senhor Presidente, peço a todos que reflitam sobre a situação dessas famílias, hoje, às cinco horas da tarde vence o prazo que a justiça determinou para a reintegração de posse, e que todos desocupem a área. Estive pessoalmente no STU, quando o Dr. Paulo me disse que reconhecem, que as terras são da União, repassadas ao antigo território de Roraima e cabe ao Estado e ao Município fazer dela a apropriação, desapropriação ou doação do imóvel situado no bairro San Marino. E até hoje ao meio dia ele dará uma decisão técnica sobre aquela área e o que pode ser feito de imediato. Solicitei uma dilatação de prazo ao oficial de justiça ou à justiça para que se analise um pouco mais a frente. Dr. Paulo afirmou, categoricamente, que ele entende que a área ainda pertence ao patrimônio da União, e cabe ao Estado e ao Município decidir. Obrigado

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, com o aval de Vossa Excelência e a anuência do próximo orador, solicito ao Senhor que suspenda a Sessão para ouvirmos o Senhor Torone, Presidente do Conselho Previdenciário. Neste momento, ele está conversando com vários Deputados e gostaria muito de ouvi-lo também, devido à importância das informações que ele tem sobre a grave situação do IPER. Portanto, gostaríamos, oposição e situação, que Vossa Excelência suspendesse a Sessão por um determinado tempo para que possamos participar da reunião com o Dr. Torone. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Senhor Deputado, vamos ouvir o Deputado Joaquim Ruiz que prometeu ser breve. Logo após poderemos suspender a Sessão.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, a presença do Presidente do Conselho Previdenciário é importante, e as informações que ele pode nos fornecer também. A cultura do nosso Estado tema que vou colocar, aqui, também é importante. A Previdência tem seu Conselho Previdenciário que cuida, é responsável e tem as informações para que se discuta sobre o fato de a Casa passar a receber todo esse sistema de informações que está ocorrendo, inclusive, a solicitação da presença dele nesta Casa foi uma sugestão do Deputado que vos fala. Mas, o apelo que quero fazer à Presidência e à Mesa Diretora desta Casa é que está na Assembleia Legislativa a redistribuição dos recursos que eram da Secretaria de Educação estão sendo transferidos para a Secretaria da Cultura e, enquanto isso não ocorrer, a Secretaria da Cultura fica engessada, e há eventos culturais fortíssimos que o Estado participa através de várias entidades que ficam também dependentes dessa decisão. Então, meu apelo é no sentido de resolvermos essa situação, tenho acompanhado e andamento deste Projeto de Lei que veio apenas desmembrado de recursos da Secretaria de Educação, está no setor jurídico da Casa, não cria encargos, cargos e nenhum custo para o governo, mantém exatamente o que estava no orçamento, que passa para a Secretaria de Cultura o que já era destinado à cultura antes do desmembramento. Tenho em mãos a apresentação da escola de dança Aura, que vai participar em Santa Catarina de um evento nacional com jovens que vão representar nosso Estado, e que se encontram neste Plenário. Entendo o sonho dessa juventude que participa na parte esportiva, cultural, intelectual, que manifesta através de programas quando oferecidos. Elas participam nesta parte da dança que é um espetáculo belíssimo, e cabe a nós prestigiar essa nossa geração de dançarinas que vão representar este estado em Santa Catarina. Há, porém, detalhe da dificuldade financeira para que esta equipe de adolescentes possa se deslocar àquele Estado. Se aprovarmos logo os recursos para a cultura. Eu faço o apelo para a Presidência da Casa que interfira junto ao secretário da cultura, para que consiga as passagens, através do Estado, através de patrocínio de empresas que trabalham para o Estado, porque as empresas têm isenção de imposto de renda quando elas aplicam recursos para este tipo de evento.

Então, é o apelo que eu faço, e há. Há um outro que vou fazer na área da saúde, Senhor Presidente, sobre o erro cometido, em termo de quantitativos, em relação a médicos, dentistas, que está sendo corrigido. O Governo encaminhou um projeto de lei para que a gente faça a correção e dê andamento no Plano de Cargos e Salários, tão cobrado aqui pela oposição. O projeto está pronto. São necessários alguns ajustes de quantitativo para que a gente possa colocar em

andamento nesta Casa o Plano de Cargos e Salários da Secretaria de Saúde. Este projeto está tramitando aqui na Casa. Eu tenho procurado fazer com que seja agilizado porque há interesse público de todas as pessoas que moram neste Estado. Em breve será suspensa a nossa Sessão para que os Deputados tenham oportunidade de escutar o presidente do Conselho Previdenciário do Instituto de Aposentadoria do nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Queremos informar que a Mesa Diretora baixou a Resolução nº 018/2013 nos seguintes termos:

Artigo primeiro: Fica criada a Comissão Especial Externa para investigar possíveis irregularidades ocorridas na administração do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, IPER. Emitir parecer com recomendações, caso sejam constatadas, composta pelos seguintes parlamentares: Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Ivo Som, e Soldado Sampaio.

Artigo 2º – A comissão a que se refere o artigo primeiro tem o prazo de 60 dias para funcionamento.

Artigo 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martis, 18 de abril de 2013.

Assinam: Deputado Coronel Chagas, 2º Vice-presidente; Jalsner Renier, Primeiro Secretário; Remídio Monai, 2º Secretário.

Estamos na Ordem do Dia: anúncio para a pauta da Ordem do Dia a discussão e a votação do Projeto de Lei Complementar nº 004/13, que “dispõe sobre a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do Poder Judiciário do Estado de Roraima” para o ano de 2013 e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Justiça; Requerimento de Informação nº 001/2013; de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficiada a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Lenir Rodrigues Luitgards Moura, para prestar algumas informações sobre a pasta da Educação; Requerimento de Informação nº 002/2013, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja oficiada a Excelentíssima Senhora Presidente Interina do Instituto de Previdência de Roraima, Tatiene dos Reis Ferreira, para prestar algumas informações sobre a pasta do IPER; Projeto de Decreto Legislativo nº 08/13, que “dispõe sobre o afastamento de agente político e instauração de processo em desfavor do mesmo, e dá outras providências, de autoria do Senhor Deputado Flamarion Portela; Proposta de Moção de Pesar nº 014/13 pelo falecimento do Senhor Valter Leite Carneiro, ocorrido no dia 05 de abril nesta capital.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição Justiça e Redação Final emita parecer às matérias.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à verificação de quorum para a deliberação de matérias constantes na Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsner Renier) – Não há quorum, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) - Por falta de quorum regimental para deliberação das matérias, a Ordem do Dia será transferida para a próxima Sessão.

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, como diz Dona Lindu, mãe do ex-presidente Lula: eu sou bem teimoso e quero continuar teimando. Tudo o que foi falado com relação à questão do IPER, Deputado Joaquim, o ex-deputado Braga, amanhã, estará representando o Instituto de Previdência de Roraima na Assembleia dos cotistas, em São Paulo. Não sabemos se ele vai respeitar a decisão do CEP de não renunciar nenhum centavo na decisão do Conselho Previdenciário, como acabamos de ouvir há pouco do Doutor Torônio.

O que foi que eu pedi para o Presidente da Casa, para o líder do Governo, para o Procurador do Estado, para o Presidente do CEP? Tem uma decisão judicial para dar posse ao Presidente Braga no IPER. O Governador tem que baixar um decreto, pode ser hoje, amanhã, segunda-feira, terça-feira ou na próxima semana.

Qual a nossa sugestão? Que essas forças políticas que citei aqui: o presidente da Assembleia, o líder do Governo, a bancada de oposição, o Procurador-Geral do Estado, o CEP, vá até o Governador e lhe diga que a atitude mais prudente neste momento é manter a senhora Tatiane, que até então, era presidente em exercício. Que

venha acompanhando juntamente com a equipe técnica, qual a melhor decisão? É a Senhora Tatiane participar da reunião de amanhã, em São Paulo, e se posicionar de tal forma. Ouvimos há pouco do próprio presidente do CEP que o Presidente do IPER, o ex-Deputado Braga, pode tomar uma decisão completamente diferente; uma decisão equivocada, até porque ele não está acompanhando de perto as propostas que têm vindo para o IPER.

Então, o último apelo. O fato de se criar comissão aqui, para mim, é fazer de conta; é ganhar tempo para deixar a coisa acontecer. Entrar na justiça, dificilmente. A comissão só tem um intuito: responsabilizar. Mas para evitar um dano amanhã teria que ter uma ação do Chefe do Executivo, decidindo quem vai falar pelo IPER na reunião de São Paulo, é a Senhora Tatiane, em cima das orientações do Conselho Previdenciário. Fora disso, é pedir que não dê quorum porque o cenário pode ser dos piores que a gente pode imaginar a partir de segunda-feira. Então, fica o meu registro, a minha sugestão. Aqui, não é o líder da oposição, não é o Sampaio que não gosta do Governo, mas alguém que está preocupado, que contribui durante nove anos e oito meses com o Instituto de Previdência, continua contribuindo, que está preocupado com a aposentadoria dos servidores. É essa a minha preocupação para que fique registrado nos anais desta Casa em minhas explicações pessoais, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, para registrar que hoje consta no Diário da Assembleia que eu estou de resolução, mas a minha resolução só começa a contar a partir das 13 horas de hoje. Então, era só para deixar registrado.

O Senhor Deputado Ivo Som – É mais por uma questão de justiça, agradeço a presença nesta Sessão dos jovens da Fiel: Jonhson Castro, Anderson e David, jovens parlamentares daquela entidade, que tem à frente a Fiel que desenvolve um grande trabalho em prol da juventude de nosso Estado. E, também, agradeço a presença dos pameiros. Nós iremos formar uma comissão neste final de semana para ir a Brasília conversar com o Senador Romero Jucá e os Deputados Federais, para que eles também abracem essa causa. No dia 11, esses pais e mães de famílias foram humilhados, agora temem por suas vidas, pela sua integridade física, além disso estão sendo impedidos de entrar e sair da Venezuela a hora que quiserem, ferindo assim seus direitos constitucionais de ir e vir. Desejo-lhes, sucesso, saúde, felicidade, boa sorte, contem com esta Casa, jamais lhes daremos às costas.

Quero agradecer à Assessoria Jurídica desta Casa por ter recebido e conversado com essas pessoas. Agradeço ao doutor Ângelo, do Ministério Público Federal, pelo apoio dado a esses guerreiros, os pameiros que, para mim, são os verdadeiros defensores daquelas fronteiras, que arriscam suas vidas, tentando criar suas famílias com o suor do seu rosto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Antes de passar a palavra para o Deputado Brito Bezerra, gostaríamos de informar aos senhores Parlamentares que no dia 23 de abril, na próxima sessão, será feita a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, criada através da Resolução nº 013/2013, que tem por objetivo investigar a responsabilidade por danos ao consumidor da prestação inadequada de serviços de telefonia oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do inciso 24, inciso 8º da Constituição Federal, de autoria de vários Deputados. Essa CPI é constituída pelos seguintes Deputados: Coronel Chagas – PRTB; Brito Bezerra – PP; Erci de Moraes – PPS; Flamarion Portela – PTC; e Ivo Som – PPN, então, dia 23 durante a Sessão Plenária, que deverá ser suspensão, precedendo à Ordem do Dia para a instalação da CPI, momento em que serão definidos o Presidente, Vice-Presidente e Relator desta Comissão, importantíssima para que possamos contribuir com o cidadão e consumidor roraimense, na questão da telefonia.

Explicações pessoais para o Senhor Deputado Brito Bezerra  
 O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente Coronel Chagas, recebi uma atribuição do Presidente Deputado Chico Guerra, vou viajar à Brasília a partir de amanhã para visitar o Congresso

Nacional, conversar com Parlamentares Federais que estarão nesta Casa na sexta-feira. Como não vou estar nesta Casa durante a semana, quero ler um expediente encaminhado pela Comissão de Indústria, Comércio e Turismo para que a Casa tome as providências. Após a leitura, vou passar às mãos de vossa excelência o documento para que seja encaminhado ao expediente, que será lido na próxima sessão.

Lido o Documento.

O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas – Não havendo mais ninguém que queira usar o expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 23, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalsier Renier, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 23/04/2013

## ATAS COMISSÕES

### REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2013.

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às onze horas e quarenta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente, as Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumi a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Joaquim Ruiz, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à verificação de *quorum*, constatada a presença de 16 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou ao Secretário desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado Gabriel Picanço, foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos o **Projeto de Lei n.º 013/13**, de autoria Governamental, que, “Abre ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Secretaria de Estado da Cultura-SECULT, crédito especial no valor global de R\$3.243.676,00 (três milhões, duzentos e quarenta e três mil seiscentos e setenta e seis reais), para fins que especifica”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que a Senhora Relatora emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia a Proposição analisada pela Relatora. Prosseguindo, solicitou que a Relatora procedesse a leitura do seu Parecer Favorável. Feita a leitura, o Parecer Favorável foi submetido à discussão. Discutiui a Matéria o Senhor Deputado Solsado Sampaio. Submetido à votação, o Parecer da Senhora Relatora foi aprovado por unanimidade pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. E, para constar, eu, Francisco Alves Gomes, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Joaquim Ruiz**

Presidente da Comissão.

Aprovada em: 08/05/2013